

Artigos

Aline Helena Mafra¹

Metodologias de pesquisa com crianças: desafios e perspectivas

RESUMO: Este artigo é o resultado da investigação teórica acerca de metodologias de pesquisa com crianças pequenas. Em um primeiro momento, partindo de uma abordagem histórica, trata de contextualizar os termos criança e infância, trazendo a trajetória da educação institucionalizada de crianças pequenas na esfera nacional para se compreender minimamente a sua gênese. Em seguida, apresenta uma reflexão sobre as diferentes perspectivas e metodologias que podem ser utilizados no diálogo entre crianças e pesquisador, visando o alcance dos objetivos da pesquisa.

Palavras - chave: pesquisa; crianças, educação infantil.

Research methodologies with children: challenges and prospects

ABSTRACT: This article is the result of theoretical research about research methodologies with small children. At first, from a historical approach, is to contextualize the terms child and childhood, bringing the history of institutionalized education of young children at the national level to minimally understand its genesis. Then reflects on the different perspectives and methodologies that can be used in the dialogue between children and researcher, aiming to reach the research objectives.

Keywords: Research, children; early childhood education.

Introdução

“Eu fico com a pureza das respostas das crianças: É a vida! É bonita e é bonita” (Gonzaguinha).

O presente artigo propõe-se a discutir metodologias de pesquisa com crianças pequenas, bem como, a legitimidade que os pesquisadores conferem em suas pesquisas na área educacional às falas, respostas e principalmente críticas das crianças. Pretende-se realizar um breve levantamento de como essas questões estão sendo abordadas por uma série de autores da área da infância, a fim de traçar algumas análises sobre a temática.

Em um primeiro momento, partindo de uma abordagem histórica, o texto mostrará como os conceitos de criança e infância passaram por importantes mudanças conceituais e políticas desde o século XIX até os dias atuais. Visto que a infância é entendida como uma construção histórica e social, considera-se essencial essa contextualização na história do Brasil para a melhor compreensão do panorama atual da pesquisa com crianças. Em seguida, será apresentada uma análise acerca de metodologias de pesquisa utilizadas com crianças que compôs parte de meu trabalho em nível de especialização, defendido em 2014, pela Universidade Federal de Santa Catarina. E, por fim, será apresentada uma breve discussão acerca da etnografia na pesquisa com crianças.

Crianças, infância e Educação Infantil no Brasil

Kuhlmann Jr. (1998) aborda o modo como, dependendo da perspectiva, a palavra “infância” possui múltiplos significados:

No dicionário da língua portuguesa, infância é considerada como o período de crescimento, no ser humano, que vai do nascimento à puberdade. Para o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13/7/90) criança é a pessoa até os 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre os 12 e 18 anos. Etimologicamente, a palavra infância refere-se a limites mais estreitos: oriunda do latim significa a incapacidade de falar (KUHLMANN Jr, p. 16, 1998).

Nesse contexto, os limites etários impostos à infância são arbitrários e definidos de maneira exclusiva pela idade, não dependendo da posição social, da cultura ou gênero. Entretanto, mesmo que

arbitrários, eles podem variar entre sociedades, culturas, comunidades e até dentro de uma mesma família.

Outras organizações sociais, contextos e tradições criam diversos limites para ser ou não criança, que são vividos de forma diferente para cada um. Sendo assim, a infância não pode ser entendida como uma experiência universal de duração fixa, mas como um período que é diferentemente construído por cada criança, pois diferentes culturas, assim como as histórias individuais, constroem universos infantis particulares.

Nesse sentido,

[...] a história da assistência, ao lado da história da família e da educação, constituem as principais vertentes que tem contribuindo com inúmeros estudos para a história da infância, a partir de várias abordagens, enfoques e métodos. (KUHLMANN Jr, 1998, p. 17).

Freitas (2011) aponta para dados que trazem a infância como uma questão pública que cada vez mais tem sido considerada subordinada ao tema desenvolvimento. Segundo informações do UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância - acerca da situação mundial da infância, o desenvolvimento econômico é uma política preventiva global contra o desamparo da infância.

Mas, nem sempre a história foi assim. A preocupação com a criança e o desamparo da infância podem ser considerados temas recentes, pois, de acordo com Leite (2011), no Brasil do século XIX, as crianças eram tratadas como mercadorias e frequentemente vendidas para servirem de escravas. Os grilhões não poupavam nenhuma idade ou gênero.

Portanto, em nosso País, a educação institucionalizada de crianças pequenas emergiu nesse contexto, no final do século XIX. Segundo Kuhlmann Jr. (1998), as primeiras propostas de instituições pré-escolares para as crianças de menor poder aquisitivo apareceram em 1899, com a inauguração da creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, no Rio de Janeiro. Esta foi a primeira creche brasileira para filhos de operários de que se tem registro (SOUZA, 2007).

No século XIX, criança por definição era uma derivação das que eram criadas pelos que lhe deram origem. Crianças “sem pai” fossem órfãos, filhos ilegítimos, expostos, ou ter um pai ausente, eram “bastardos”. A denominação de “bastardos”, com todas as conotações do termo, pesava sobre as crianças como um decreto de exclusão.

Para as elites, o setor privado da educação pré-escolar teve sua consolidação nos jardins- de infância de orientação fröebeliana -, que já tinham seus principais expoentes no Colégio Menezes Vieira no Rio de Janeiro, desde 1875, e na Escola Americana em São Paulo, desde 1877. (SOUZA, 2007).

Nas duas primeiras décadas do século XX, foram implantadas em várias regiões do Brasil, as primeiras instituições pré-escolares assistencialistas. Em oposição à visão higienista, assistencialista e

disciplinadora das primeiras creches brasileiras, Mário de Andrade trouxe ao cenário brasileiro a preocupação com a criança, o respeito pelo brincar e pelas manifestações infantis. Como secretário da educação de São Paulo, elaborou a proposta de implantação da estrutura de parques infantis nas instituições de atendimento às crianças, contribuindo significativamente para a reflexão sobre esses espaços. (SOUZA, 2007).

Durante o período referente ao Regime Militar (1964-1985), houve uma dicotomização entre os conceitos de creche como “mal necessário” onde as mulheres poderiam deixar seus filhos durante o horário de trabalho, e a perspectiva da educação para compensar carências, na qual coexistiu a visão preconceituosa da criança pobre, desprovida de cultura, cognição e linguagem. Para atender a essa concepção de criança, a pré-escola implantada no Brasil gerou, de certa forma, uma dupla imposição: capacitar a criança para o desempenho na escola e se tornar futuramente a força de produção, e realizar a educação compensatória.

Nesse cenário de mudanças históricas e políticas acerca da concepção de criança e da educação infantil no Brasil, a infância ganha lugar de preocupações. Rosemberg (2011) faz um levantamento sobre como, no final do século XX, a infância tornou-se uma questão candente para o Estado, para as políticas não governamentais, para o planejamento econômico e sanitário, para legisladores, psicólogos, educadores e antropólogos.

Posto isto, a autora ainda afirma que,

Os princípios que orientam a concepção dos primeiros programas nacionais brasileiros de educação infantil de massa foram fortemente influenciados por propostas elaboradas por agências intergovernamentais ligadas à ONU, em especial o UNICEF (ROSEMBERG, 2011, p. 141).

Já na década de 1980, no processo de discussão e de elaboração da Constituição, a comunidade educacional debateu as preocupações com a criança e com a infância brasileira. Foi levantado como bandeira, o movimento de luta pelos direitos das crianças e dos adolescentes, bem como a necessidade de integrar creches e pré-escolas no campo da educação, universalizando esse direito e estendendo-o a todas as crianças.

A Constituição de 1988 decretou novas definições legais para a educação infantil: creches e pré-escolas passaram a desempenhar funções básicas de educar e cuidar de forma complementar a ação da família. Trouxe também a preocupação com a criança na condição de cidadão de direitos, e não se ateuve somente às questões relacionadas ao desamparo da infância, marcando o surgimento de um novo paradigma sobre a infância, em que a criança passa a ser sujeito de direitos e não apenas objeto de tutela como era na legislação anterior.

Posteriormente à elaboração da Constituição de 1988, a Educação Infantil foi considerada

como a primeira etapa da Educação Básica por meio da consolidação da LDB 9.394/96 que traça como objetivo central da Educação Infantil a promoção e o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, emocional, intelectual e social. Articulada às propostas da nova Constituição, a LDB fortalece o campo da Educação Infantil nas políticas nacionais.

Conforme visto, as questões relacionadas à criança, infância e Educação Infantil sempre foram, ao longo da história do Brasil, de ordem política. Ora as crianças pobres foram tratadas como mercadorias, comercializadas, para décadas depois serem formadas para constituírem a mão de obra de um Brasil industrial. Ora a infância é desconsiderada por suas particularidades e seu universo peculiar, ora as questões relacionadas ao desamparo da mesma ganharam destaque. Ora as Instituições de Educação Infantil conferiram uma educação assistencialista, ora debruçaram-se na árdua missão de compensar carências.

Sobre os estudos da infância e das crianças

De acordo com Kramer (1996), a infância é um campo temático de natureza interdisciplinar, e essa consciência difunde-se cada vez mais entre aqueles que convivem, pesquisam e criam políticas públicas voltadas às crianças.

Diversas áreas do conhecimento se ocuparam e se ocupam de estudos sobre a infância. Da história à psicologia, da sociologia à antropologia, da filosofia aos estudos da linguagem. Vários desafios vêm à tona nesse caminho de se pensar/repensar a infância e a criança. Inclusive na pedagogia, que traz como autores importantes Paulo Freire e Célestin Freinet. Ambos consideram crianças e adultos como cidadãos, criadores de e criados na cultura, produtores da e produzidos na história, feitos de e na linguagem.

A pedagogia faz sua contribuição ao estudo da infância e das crianças ao trazer o lúdico² como um rico instrumento de pesquisa com crianças. Sendo a atividade lúdica um recurso pedagógico de utilização frequente por professores da Educação Infantil e compreendendo que a infância é um tempo social marcado pela condição de ser criança, a brincadeira toma valor e importância no contexto educacional, por ser uma das formas culturais da criança produzir e reproduzir suas vivências e culturas, criando novas significações de mundo.

Diante disto, convém levar em consideração a heterogeneidade da condição de ser criança. É preciso não apenas conhecê-las enquanto grupos sociais distintos, com vivências diferentes, mas também exercitar a escuta de suas vozes, muitas vezes caladas ou reprimidas. Vozes sim, pois os

² O lúdico será entendido como uma atividade não regulável, mensurável nem objetivável. Toda tentativa de subordiná-lo ao tempo de produção provoca a sua morte. (JOBIM e SOUZA, 1996).

relatos de crianças não são todos eles uma só voz, um só tom ou um só significado.

O fato destes relatos serem rememorados ou interpretados por adultos aponta para uma questão importante: há distintas formas através das quais a infância pode ser sentida e relatada, e diferentes representações da mesma. Ou seja, o sujeito relata a sua infância dependendo do momento em que está fazendo essa descrição.

Deve-se também ressaltar a importância de não somente ouvir as crianças, mas também acolher as críticas que fazem e considerar suas observações como relevantes, pertinentes e fundamentais para a pesquisa. Desta forma, o pesquisador deve estar atento a toda e qualquer manifestação infantil, considerando as diversas formas de expressão desses sujeitos de pouca idade.

Tal, implicando assumir como válidos, importantes, sérios e legítimos os gestos, risos, choros, silêncios, palavras e ações das crianças, o que querem e têm para contar, ou não (mesmo que não o façam exactamente nos mesmos termos que nós, adultos), significa procurar conhecê-las nos seus contextos de vida, mais pelo fazer do que pelas suas idades [...] (FERREIRA, p. 152).

Corroborando a isto, e visto que as crianças possuem diversas maneiras de ser criança, então, nada mais justo e coerente que se pensar em abordagens metodológicas que contemplem, complexifiquem e problematizem consistentemente suas opiniões e críticas.

Análise das metodologias de pesquisa com crianças

Neste subtítulo será apresentada uma análise acerca de metodologias de pesquisa utilizadas com crianças que compõem parte do trabalho em nível de especialização da autora³. Com isto, almeja-se explicar algumas das mais frequentemente metodologias de pesquisa utilizadas com crianças, seus instrumentos e sua pertinência para os estudos da infância.

O levantamento da produção que deu origem a análise sobre as metodologias de pesquisa com crianças ocorreu em quatro Grupos de Trabalho da ANPEd e em doze revistas científicas qualificadas como as principais revistas brasileiras na área da Educação⁴. A partir da análise de 17 trabalhos selecionados, foi possível constatar que todos trazem à tona uma metodologia de pesquisa de cunho qualitativo, utilizando os seguintes procedimentos ou instrumentos para a geração dos dados: observação; etnografia por meio de registros escritos, filmicos e fotográficos; entrevistas nas

3 O trabalho, cujo título é: "Formas regulatórias na educação das crianças: o que diz a produção científica de 2009 a 2013" foi defendido em 2014 pela Universidade Federal de Santa Catarina. O objetivo geral trata-se da análise sobre o que a produção científica de 2009 a 2013 vem apontando sobre as formas regulatórias presentes na educação das crianças.

4 A escolha dessas revistas se baseou também na indicação de (CAMPOS, FÜLLGRAF, WIGGERS, 2006). O levantamento das autoras citadas buscou localizar estudos publicados nas principais revistas brasileiras de educação e apresentados na mais importante reunião científica da área: a Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no Grupo de Trabalho Educação da Criança de zero a seis anos (GT 7).

mais variadas formas; questionários; produção de desenhos e estratégias de “História a Completar” e “Desenho com Histórias”.

A opção por uma abordagem essencialmente etnográfica, lançando mão de registros escritos, filmicos e fotográficos foi observada em 04 trabalhos. A partir da leitura destes trabalhos, observamos a rica descrição de eventos do cotidiano que foram valiosos para a interpretação e análise da realidade das crianças no contexto educativo, trazendo dados empíricos sólidos para essa constatação.

A entrevista enquanto procedimento metodológico também marcou forte presença na leitura dos trabalhos selecionados no levantamento da produção. Ora de maneira semiestruturada, ora sob a forma de oficinas lúdicas, ora no contexto coletivo ou individual, a entrevista foi apontada como um instrumento metodológico válido e eficaz para a pesquisa com crianças.

Nesse contexto, “no âmbito da Sociologia, há ainda resistência em aceitar o testemunho infantil como fonte de pesquisa legítima” (QUINTEIRO, 2003, p.4). Ademais, apesar de a etnografia e de a história oral serem indicadas pelos pesquisadores que concordam com a abordagem interpretativa como recursos metodológicos eficazes no registro da opinião das crianças, a entrevista, tal qual é compreendida, vem se apresentando como um instrumento pouco adequado quando utilizada junto às crianças pequenas. Nesse sentido, muitos pesquisadores, ao utilizarem a entrevista com estes sujeitos de pouca idade em suas pesquisas, não problematizam os dados e tampouco descrevem em seus textos os elementos constitutivos do processo de recolha da voz das crianças (QUINTEIRO, 2003).

Em relação à entrevista, considera-se que, sua principal problematização é proveniente da constatação de que os adultos pesquisadores tendem a subestimar a capacidade intelectual das crianças, no sentido de as compreenderem como sujeitos incompetentes na formulação de concepções acerca da realidade em que vivem. Posto isto, essa conjectura afirma que a entrevista não é utilizada - apesar de dever ser - na pesquisa com crianças em virtude da credibilidade dos adultos frente às capacidades das crianças se expressarem consistentemente acerca da realidade.

Diante disto, entende-se necessário afirmar que a entrevista enquanto procedimento metodológico de pesquisa com crianças pequenas deveria ser repensada e problematizada à luz de algumas evidências empíricas. Para sustentar tal proposição, parte-se do pressuposto de que, nesse processo de busca de suas vozes e opiniões, as crianças respondem às questões a partir do que elas acreditam que o adulto gostaria de ouvir, ou até mesmo, no que julgam ser o certo ou errado. Dessa maneira, corre-se o risco delas suprimirem suas verdadeiras ideias e pontos de vista, temendo estarem fornecendo respostas “erradas”, ou não apropriadas. A mesma opinião é válida para o procedimento de aplicação de questionários às crianças pequenas como procedimento

metodológico de pesquisa.

Quanto à produção de desenhos como instrumento metodológico, que foi apontado por diversos trabalhos selecionados no levantamento, pode-se afirmar que tanto o desenho quanto a pintura são atividades que podem ser utilizadas como recursos facilitadores da comunicação entre crianças e pesquisador. Ambas são propostas que tem por objetivo a representação de algo, seja uma situação real ou hipotética.

Diante disto, Campos e Francischini (2008) afirmam que,

Enquanto alguém que olha, interpreta e analisa, portanto, atribui significado(s) às produções infantis, o pesquisador se posiciona, nessas ações, pautado pelos referenciais teóricos – metodológicos que orientam sua pesquisa. Portanto, não é único o olhar ao qual a expressão da criança está sujeita. Nesta oficina, coerente com sua fundamentação teórica, o desenho e a pintura – livres ou com direcionamento temático – são considerados formas de acesso ao universo da criança (CAMPOS; FRANCISCHINI, 2008, p. 111).

Nesse contexto, o desenho e a oralidade são compreendidos como reveladores de concepções e olhares das crianças em relação a seu contexto social, histórico e cultural. Diante disto, convém afirmar que os desenhos infantis articulados à oralidade são formas privilegiadas de expressão das crianças. Aquilo que é falado enquanto se produz é importante, visto que contribui para a educação do olhar adulto, muitas vezes distante das crianças com as quais realiza sua pesquisa (GOBBI, 2009).

Os desenhos produzidos pelas crianças se constituem como instrumentos de comunicação, através dos quais o autor conquista a liberdade de expressar seu ponto de vista. Nesse sentido, os mesmos podem ser considerados como documentos “que nos permitem saber mais acerca desses sujeitos, e não somente isso, possibilitam-nos conhecer suas percepções da realidade por eles vivida [...]” (GOBBI, p.76, 2009).

Apesar do exposto até o momento acerca da utilização do desenho como instrumento metodológico de valor para as pesquisas com crianças, convém ressaltar o cuidado que o pesquisador deve tomar ao utilizar ferramentas pertencentes ao universo infantil, como o desenho, que mesmo pretendendo ser uma estratégia lúdica, pode se tornar pouco interessante ou cansativa para as crianças, visto a frequência com que elas realizam esta atividade durante a rotina nos contextos educativos voltados à infância. Desta forma, o pesquisador pode oferecer às crianças a possibilidade de produzir um desenho, mas sempre respeitando sua decisão em fazê-lo ou não. Outro fator importante para se debater é a posterior interpretação e análise a que estas produções artísticas serão submetidas. A partir do momento que o pesquisador decide utilizar esse procedimento, ele precisa ter clareza sobre a forma que esse material será analisado, para que conclusões equivocadas não tenham

espaço nesse processo.

Outro procedimento metodológico que ganhou destaque nos trabalhos selecionados foi a contação de histórias infantis, englobando as formas de “História a Completar” e “Desenho com Histórias”, conhecidas ferramentas que tem como base a psicologia da educação. Esses instrumentos visam aproximar o pesquisador e as crianças por meio de propostas lúdicas onde as crianças ou completam à sua maneira uma história narrada, ou a reproduzem por meio de alguma produção artística.

Assim como os desenhos, as histórias infantis se constituem como uma ferramenta de aproximação ao universo infantil que, por excelência visa centrar a atenção das crianças de uma maneira prazerosa. Contudo, não se deve generalizar esse procedimento, visto que as crianças reagem de maneiras diversas à mesma história, ou seja, dependendo dos objetivos de determinada narrativa, esta pode tratar de assuntos delicados para algumas crianças. Uma história que, por exemplo, aborde a questão familiar, e com isto o pesquisador busque identificar o que as crianças pensam sobre ela, em um contexto educativo em que há crianças adotadas – conscientes disto – pode gerar constrangimentos ou até mesmo conflitos.

Em síntese, todos os procedimentos metodológicos apontados nos trabalhos selecionados são frequentemente utilizados em pesquisas empíricas com crianças. É importante evidenciar que, para se optar por um instrumento em detrimento dos demais, o pesquisador precisa conhecer as crianças que irão compor a pesquisa, e fazer a escolha com base nesse reconhecimento. Para tanto, destaca-se o estudo exploratório que tem por finalidade principal uma primeira aproximação com os sujeitos envolvidos na pesquisa, com vistas a analisar sobre a melhor forma de pesquisa a partir de dados extraídos da própria realidade.

Importante ressaltar ainda que ao se realizar pesquisa, independentemente da opção metodológica escolhida pelo pesquisador, é fundamental não deixar que a opinião das crianças seja somente descrita no texto sem que haja nenhuma análise por parte dos pesquisadores, visto que, a pesquisa empírica é realizada para que, posteriormente ocorra uma interlocução dos dados gerados no campo com os referenciais teóricos escolhidos para tal fim.

A pesquisa etnográfica e seus modos de conhecer o ponto de vista das crianças

A trajetória percorrida pelo pesquisador que se propõe a pesquisar com crianças é longa e muitas vezes permeada por pedras no caminho. Frente a todos os desafios que a pesquisa com crianças propõe, a principal questão nela envolvida refere-se a como conhecer as crianças. Por mais que o pesquisador opte por uma determinada metodologia de pesquisa e lance mão de suas

estratégias, conhecer o ponto de vista das crianças e futuramente transcrever e interpretar suas ideias, desejos, concepções e opiniões se constituem como um dilema e um grande desafio no âmbito educacional.

Convém destacar que antes do pesquisador filiar-se a determinada metodologia, ele precisa analisar se a mesma corresponde aos seus objetivos de pesquisa. Desta forma, há que se ter rigorosidade e coerência na escolha metodológica, contudo, isto não implica uma filiação teórica que se torne inflexível ou imobilizadora.

Posto isto, cabe o seguinte questionamento: de que forma o pesquisador pode buscar perceber as nuances, captar os detalhes contidos nas entrelinhas da cultura e do cotidiano dos sujeitos? Como registrar os dados de forma que não sejam trazidos de maneira superficial, mas que também não sejam alterados?

Com vista a esclarecer as questões levantadas, Geertz (2008) utiliza o conceito de “descrição densa” e toma emprestado o exemplo de Gilbert Ryle que descreve os distintos significados atribuídos as piscadelas de dois garotos. O caso é que, entre o que Ryle denomina de “descrição superficial” e “descrição densa” está o objeto da etnografia, que é descrita como:

[...] uma hierarquia estratificada de estruturas significantes em termos das quais os tiques nervosos, as piscadelas, as falsas piscadelas, as imitações, os ensaios das imitações são produzidos, percebidos e interpretados, e sem as quais eles de fato não existiriam [...] (GEERTZ, 2008, p. 05).

A partir desse conceito, percebe-se que a etnografia envolve uma descrição densa onde o etnógrafo enfrenta uma multiplicidade de estruturas complexas que ele precisa primeiro apreender para depois apresentar. Dessa maneira, a descrição densa permite ao pesquisador “identificar os tipos de piscadelas”, possibilitando realizar uma leitura minuciosa do contexto social, pois sem se compreender os detalhes, não é possível identificar os significados sociais.

Entretanto, há equívocos quando se pensa em etnografia. Um deles, e talvez o mais grave é acreditar que só há uma etnografia, e não compreender que ao contrário, existem muitas etnografias, que como dito anteriormente, não são somente um método de pesquisa. Nesse sentido, a descrição densa não se caracteriza como a escrita de tudo o que ocorre no cotidiano, tudo o que é possível descrever, mas como uma descrição daquilo que diferencia uma ação de outra que a princípio parecem iguais. No momento da descrição o pesquisador deve buscar não adjetivar as ações e fenômenos que ocorrem, deixando para realizar uma reflexão acerca do que descreveu em outro momento.

Nesta direção, para Sarmiento (apud Delgado; Muller, 2005), é preciso romper com as representações hegemônicas que trazem muitas pesquisas sobre e não com as crianças, ou seja,

compreendem as crianças como objetos de estudo e não como sujeitos participantes e ativos no processo de pesquisa. Nesse sentido, é necessário aprofundar nas investigações quem são as crianças, o que elas têm em comum, o que as distingue umas das outras e o que elas pensam sobre a realidade que as cerca.

A fim de compreender o ponto de vista das crianças, por meio de uma pesquisa de cunho etnográfico, é fundamental conferir atenção não à criança como sujeito isolado, mas a uma investigação com crianças que englobe duas dimensões primordialmente: a experiência social e as crianças e suas ações e significações dentro do contexto de relações, considerando que elas possuem uma multiplicidade de formas de agir, dependendo do contexto cultural e social em que estão imersas (ROCHA, 2008). Desta forma, é necessário observar de perto e sistematicamente as crianças em seu contexto com vistas a conferir atenção às particularidades concretas de sua vida para que possamos registrar estes aspectos de forma fiel à realidade das crianças.

Ferreira (2010) aponta que uma das facetas da etnografia consiste na experiência de proximidade proporcionada pela observação participante, por meio da qual o pesquisador se coloca como o principal instrumento da pesquisa. Isto quer dizer que o objetivo etnográfico de compreender o que o outro diz ou faz, constitui-se como um processo interdependente e dialógico entre o sujeito-pesquisador e as crianças.

No entanto, a mera convivência do pesquisador com o grupo pesquisado não garante a qualidade da investigação. O pesquisador precisa se tornar um “membro” do grupo estudado, é necessário que ele possua qualidades próprias tais como: sensibilidade pessoal; acuidade intelectual; capacidade de identificação empática, etc. Em muitos casos estes aspectos são determinantes na aproximação com os sujeitos e na condução da pesquisa (AZANHA, 1992).

Ser considerado um “membro” do grupo não é tarefa fácil, tendo em vista que se torna impossível o adulto investigador, ao entrar em campo, despir-se de seu estatuto de adulto. Contudo, como foi apontado, há um conjunto de características e qualidades que facilitam a aproximação do pesquisador com o grupo de crianças. Nesse sentido, Rocha (2008) descreve a necessidade de, ao invés de dar voz as crianças, o pesquisador precisa ouvir estas vozes. Pretende-se então, nessa escuta, confrontar e conhecer um ponto de vista distinto daquele que o pesquisador seria capaz de analisar no âmbito do mundo social de pertença dos adultos.

Desta forma, é de suma importância o conhecimento para além dos grupos sociais em que as crianças estão inseridas, suas particularidades e as culturas que produzem, pois é a partir desses conhecimentos que o pesquisador poderá mergulhar no universo particular de cada criança buscando seus objetivos de pesquisa.

Considerações finais

Como visto, o percurso da concepção de criança e infância foi construído ao longo da história e perpassou embates políticos. Lutas assumidas por militantes da educação da infância foram necessárias para que o campo fosse reconhecido como a primeira etapa da Educação Básica.

É certo que hoje, apesar dos ganhos políticos conquistados, há uma lacuna entre os direitos legítimos das crianças e aqueles que efetivamente são colocados em prática nos contextos educativos em que elas vivem. Contudo, é necessário reconhecer que há uma nova forma de se ver a infância, e sendo assim, é certa a necessidade de também se pensar em uma nova forma de reconhecer essas crianças como capazes e competentes para participarem de pesquisas que as envolvam. Dar visibilidade às crianças, às suas falas, expressões, sentimentos, gostos, gestos e frustrações é uma das maneiras de pensar na pesquisa como interlocução entre pesquisadores e crianças.

Muito mais do que dar voz às crianças, é urgente a escuta e respeito dessas vozes, muitas vezes silenciadas pela ordem institucional imposta a elas. Dessa forma, ouvir e legitimar estas vozes precisa se constituir como o ponto de partida de toda e qualquer pesquisa que envolva esses sujeitos de pouca idade. Porém, é necessário também problematizar essa ação. De quais crianças estamos falando? Que vozes são essas? Mas, principalmente, de que forma essas vozes serão interpretadas pelo pesquisador e levadas, enquanto registros, para a pesquisa?

Quando se trata de pesquisa com crianças, o pesquisador deve ter lucidez de que esse processo exige movimento e criatividade para não cair na mesmice de pesquisar o que já está sendo pesquisado utilizando um único recurso metodológico, considerando-o cabível a toda e qualquer situação.

Faz-se então, necessário e primordial afirmar que na pesquisa, tanto os objetivos como a perspectiva teórica por meio da qual ela será sustentada devem estar em evidência. Os recursos e instrumentos que serão utilizados ao longo desse processo necessitam estar em concordância com os objetivos, problema de pesquisa e a abordagem teórica escolhida pelo pesquisador, seja ela qual for.

Referências

- AZANHA, José Mário Pires. **Uma ideia de pesquisa educacional**. São Paulo: EDUSP, 1992.
- DELGADO, Ana C. C; MULLER, Fernanda. **Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas**. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 125, p. 161-179, maio/ago. 2005.
- FARIA, Ana Lúcia G.; DEMARTINI, Zeila B. F.; PRADO, Patrícia. (org.). **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças**. Campinas: Autores Associados, 2002.
- FERREIRA, Manuela. Os estranhos sabores de perplexidade numa etnografia com crianças em Jardim de Infância. In: CARIA, Telmo H. (org.). **Experiência etnográfica em Ciências Sociais**. Santa Maria da Feira: Afrontamento, 2002. P. 149-166.
- FRANCISCHINI, Rosângela; CAMPOS, H. R.. Crianças e infâncias, sujeitos de investigação: bases teórico-metodológicas. In: Silvia Helena Vieira da Cruz. (org.). **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008, v. 01, p. 102-117.
- FREITAS, Marcos César (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOBBI, Márcia. Desenho infantil e oralidade: Instrumentos para pesquisas com crianças pequenas. In: FARIA, Ana Lúcia G. de; DEMARTINI, Zeila de Brito F.; PRADO, Patrícia Dias (org.). **Por uma cultura da infância: Metodologias de pesquisa com crianças**. Campinas: Autores Associados, 2009. P. 69-92.
- KRAMER, Sonia. Pesquisando infância e educação: um encontro com Walter Benjamin. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel (org.). **Infância: Fios e desafios da pesquisa**. Campinas: Papyrus, 1996. P. 13- 38.
- KUHLMANN, Moysés Jr. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.
- ROCHA, Eloisa A. Candal. Por que ouvir as crianças? Algumas questões para um debate científico multidisciplinar. In: CRUZ, Silvia Helena Vieira (org.). **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 43-51.
- ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, Marcos César (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.
- SOUZA, Maria C. B. R, de. **A concepção de criança para o enfoque histórico-cultural**. 2007. 154 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.
- SOUZA, Solange J. Resignificando a psicologia do desenvolvimento: uma contribuição crítica à pesquisa da infância. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel (org.). **Infância: Fios e desafios da pesquisa**. Campinas: Papyrus, 1996. P. 39-55.
- QUINTEIRO, Jucirema. **A emergência de uma sociologia da infância no Brasil**. In: 26ª Reunião Anual da ANPEd, 2003, Poços de Caldas. Grupo de Trabalho 14 – Sociologia da Educação.